

**Data e horário
da prova:**

Domingo

19/01/2014

9 horas

Cargo 105 – Analista Técnico – Governança

INSTRUÇÕES

- Você receberá do fiscal:
 - um **caderno de questões** das **provas objetiva e discursiva** contendo 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma, e apenas uma alternativa correta, e 1 (uma) questão discursiva;
 - um **cartão de respostas** ótico personalizado; e
 - uma **folha de respostas da prova discursiva**.
- Verifique se a numeração das questões, a paginação do **caderno de questões** e as codificações do **cartão de respostas** ótico e da **folha de respostas da prova discursiva** estão corretas.
- Quando autorizado pelo **fiscal do IADES**, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado do **cartão de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Lágrimas não são argumentos.

- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer as **provas objetiva e discursiva**, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação do **cartão de respostas** ótico e o preenchimento da **folha de respostas da prova discursiva**.
- Somente será permitido levar o **caderno de questões** da prova objetiva após 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos do início das provas.
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, você poderá entregar seu **cartão de respostas** ótico e a **folha de respostas da prova discursiva** e retirar-se da sala.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do **IADES** o **cartão de respostas** e a **folha de respostas da prova discursiva** devidamente assinados.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a **caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada de material transparente**.
- Não é permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico de comunicação. Desligue e guarde em embalagem fornecida pelo fiscal do **IADES**: máquina fotográfica; telefone celular; relógio; gravador; *bip*; receptor; *pager*; *notebook*; *tablet* eletrônico; *walkman*; aparelho portátil de armazenamento e de reprodução de músicas, vídeos e outros arquivos digitais; agenda eletrônica; *palmtop*; régua de cálculo; máquina de calcular e (ou) qualquer outro equipamento similar.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um **fiscal do IADES**.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.

INSTRUÇÕES PARA AS PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no **cartão de respostas da prova objetiva** e na **folha de respostas da prova discursiva**. Caso haja algum dado incorreto, escreva apenas no(s) campo(s) a ser(em) corrigido(s), conforme instruções no **cartão de respostas**.
- Leia atentamente cada questão e assinale, no **cartão de respostas** ótico, uma única alternativa.
- O **cartão de respostas** ótico e a **folha de respostas da prova discursiva** não podem ser dobrados, amassados, rasurados ou manchados e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no **cartão de respostas** é cobrir, fortemente, com **caneta esferográfica preta ou azul**, o espaço a ela correspondente. Marque as respostas assim: ●

QUESTÃO 31 _____

Ana ocupa um cargo efetivo em uma autarquia federal há dois meses. Assim que assumiu esse cargo, ela assinou contrato e passou a contribuir com um plano de benefícios da entidade de previdência complementar patrocinada pela referida autarquia. Ela já tem idade e tempo de contribuição suficientes para se aposentar pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Nessa situação hipotética, em que condições Ana se tornará elegível ao benefício de prestação programada e continuada da entidade de previdência complementar que contratou?

- (A) Ao completar 60 contribuições mensais ao plano de benefícios.
- (B) Após efetuar mais 58 contribuições mensais ao plano de benefícios e cessar o vínculo com o patrocinador.
- (C) Ao cessar o vínculo com o patrocinador.
- (D) Ao completar 50 contribuições mensais ao plano de benefícios e solicitar o benefício formalmente.
- (E) Ao solicitar o benefício formalmente.

QUESTÃO 32 _____

Considere, hipoteticamente, que o senhor João é membro efetivo do Conselho Deliberativo de determinada entidade de previdência complementar patrocinada por uma instituição pública federal. Ele não está arrolado em nenhum processo administrativo, mas recentemente foi julgado e condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em primeira instância. Em relação ao mandato do senhor João no citado conselho, é correto afirmar que ele

- (A) manterá o mandato independentemente da condenação em outras instâncias.
- (B) manterá o mandato se a condenação do STF não estiver relacionada com atuação dele no referido conselho.
- (C) perderá o mandato imediatamente após a comunicação judicial da própria condenação.
- (D) perderá o mandato se renunciar ou se a condenação dele for transitada em julgado.
- (E) perderá o mandato se for arrolado em um processo administrativo disciplinar para apuração de irregularidades no âmbito de atuação do Conselho Deliberativo da entidade fechada.

QUESTÃO 33 _____

De que forma são organizadas as entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) regulamentadas pela Lei Complementar nº 108/2001?

- (A) Sociedade civil de direito público.
- (B) Sociedade por cota de participação.
- (C) Fundação por cotas limitadas.
- (D) Fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos.
- (E) Empresas de companhia limitada.

QUESTÃO 34 _____

Joana é graduada em contabilidade e direito, trabalha em uma instituição bancária pública há 24 anos e tem comprovada experiência nas áreas jurídica, financeira, contábil, de fiscalização, atuarial e de auditoria. Ao longo da carreira, ela não sofreu nenhuma condenação ou penalidade administrativa. Há quatro anos, é a diretora executiva da entidade de previdência complementar patrocinada pela instituição em que é empregada. Recentemente, foi convidada a participar do Conselho Deliberativo dessa entidade e está avaliando a possibilidade de aceitar tal convite. Com base na Lei Complementar nº 108/2001 e considerando essa situação hipotética, é correto afirmar que Joana

- (A) poderá exercer, concomitantemente, os mandatos na Diretoria Executiva e no Conselho Deliberativo da entidade.
- (B) poderá integrar o Conselho Deliberativo somente após o término próprio mandato na Diretoria Executiva da entidade.
- (C) está impedida de integrar o Conselho Deliberativo ou o Conselho Fiscal da entidade por pelo menos dois anos após o encerramento do mandato na Diretoria Executiva.
- (D) está impedida de integrar o Conselho Deliberativo da entidade por não possuir graduação em administração.
- (E) poderá assumir um mandato no Conselho Deliberativo da entidade somente após o término do mandato na Diretoria Executiva e da respectiva aprovação das próprias contas.

QUESTÃO 35 _____

Em 19 de outubro de 2012, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar, por meio da Portaria nº 604, aprovou a constituição e autorizou o funcionamento da Funpresp-Exe como entidade fechada de previdência complementar. No que diz respeito à representação dos participantes e assistidos nos conselhos que compõem a administração da Funpresp-Exe, para cumprimento na legislação brasileira em vigor, é correto afirmar que essa entidade deverá

- (A) garantir a presença de, no mínimo, um representante dos participantes de cada patrocinador ou instituidor.
- (B) prever representação dos participantes e assistidos nesses conselhos, assegurando-lhes, no mínimo, um terço das vagas.
- (C) prever, em casos de multipatrocinadas, representação de pelo menos um quarto de vagas para participantes de cada patrocinador ou instituidor.
- (D) prever representação dos participantes e assistidos nesses conselhos, em participação paritária com os patrocinadores e instituidores.
- (E) garantir representação, nesses conselhos, dos participantes, dos assistidos, dos patrocinadores, dos instituidores e dos órgãos de regulação e fiscalização.

Figura para responder as questões 36 e 37.



INSTITUTO Brasileiro de Governança Corporativa. *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa*. São Paulo: IBGC, 2009, p.16.

QUESTÃO 36

A respeito das melhores práticas para minimização de potencial conflito de interesse entre as instâncias representadas nessa figura, é recomendado

- (A) que os executivos monitorem e administrem potenciais conflitos de interesses entre conselheiros da administração e dos sócios, de forma a evitar o mau uso dos ativos da organização e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas.
- (B) definir claramente os papéis e as responsabilidades associadas aos mandatos de todos os agentes de governança.
- (C) manter dependência entre conselheiros de administração, sócios e auditores, de forma a garantir a integração entre eles.
- (D) que os conselheiros, assim como os executivos, mantenham lealdade entre si e a totalidade dos sócios, e não apenas com aqueles que os elegeram.
- (E) a criação de fóruns de compartilhamento de alçadas de decisão entre as instâncias, com o objetivo de minimizar possíveis conflitos de interesse.

QUESTÃO 37

No sistema de governança corporativa representado na figura, quantos são os órgãos de auditoria e fiscalização?

- (A) Dois.
- (B) Três.
- (C) Quatro.
- (D) Cinco.
- (E) Seis.

QUESTÃO 38

Considerando os princípios, as regras e as práticas de governança das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), dispostos na Resolução MPS/CGPC nº 13/2004, assinale a alternativa correta.

- (A) A instituição de um código de ética e conduta, bem como sua ampla divulgação, inclusive aos participantes e assistidos e às partes relacionadas, é obrigatória.
- (B) A contratação de serviços especializados de terceiros exime os integrantes dos órgãos de governança e gestão das EFPC das responsabilidades previstas em lei.
- (C) O estatuto ou o regimento interno deve prever que o Conselho Deliberativo contrate serviços especializados de terceiros em caráter eventual.
- (D) As EFPC podem prescindir da competência técnica dos diretores, desde que contratem profissionais especializados para darem suporte às atividades por eles geridas.
- (E) Os conselheiros, diretores e empregados das EFPC devem se orientar pela defesa dos direitos dos participantes e assistidos dos planos de benefícios que operam.

QUESTÃO 39

Assinale a alternativa correta quanto à estrutura organizacional de uma entidade de previdência complementar patrocinada pelo Poder Público.

- (A) Dois conselhos responsáveis pela definição de políticas da entidade: um trata das diretrizes gerais de administração; o outro, das diretrizes dos respectivos planos de benefícios.
- (B) Três diretorias executivas: a financeira, a administrativa e a de *marketing*.
- (C) Um conselho deliberativo, um conselho fiscal e uma diretoria executiva.
- (D) Um conselho deliberativo e um conselho fiscal, auxiliados por duas diretorias executivas.
- (E) Uma diretoria executiva, um conselho consultivo e um conselho fiscal.

QUESTÃO 40

A Lei Complementar nº 109/2001 qualifica as entidades fechadas de acordo com os planos que administra e com os respectivos patrocinadores ou instituidores. Segundo tais critérios dessa lei, é correto afirmar que uma entidade de previdência complementar organizada na forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, que administra um conjunto de planos de benefício para diversos grupos de participantes, com independência patrimonial, e que congrega mais de um instituidor, é qualificada

- (A) de plano comum e patrocinada.
- (B) singular e vinculada.
- (C) independente e societária.
- (D) plural e independente.
- (E) com multiplano e multipatrocinada.

QUESTÃO 41 _____

Um estatuto é um ato constitutivo que estrutura formalmente uma entidade e representa o contrato interno que dispõe sobre a organização e a gestão da entidade. Com base nessa informação, é correto afirmar que o estatuto de uma entidade fechada de previdência complementar (EFPC) deve prever

- (A) a forma de acesso, duração e término do mandato dos membros dos órgãos estatutários.
- (B) o organograma, a estrutura e o plano de cargos e salários da EFPC.
- (C) os preceitos éticos e morais esperados dos membros dos órgãos estatutários.
- (D) as atribuições e a composição da Diretoria Deliberativa e do Conselho Consultivo.
- (E) as políticas, as diretrizes estratégicas e os objetivos da EFPC.

QUESTÃO 42 _____

De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, um dos princípios básicos da governança corporativa é o(a)

- (A) respeito à diversidade.
- (B) clima organizacional.
- (C) administração participativa.
- (D) equidade.
- (E) integridade dos administradores.

QUESTÃO 43 _____

Para cobertura de responsabilidade civil, penal ou administrativa de dirigentes, ex-dirigentes, empregados ou ex-empregados, observando o disposto na regulamentação das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), assinale a alternativa correta.

- (A) Poderá ser assegurado pelo Conselho Deliberativo, inclusive por meio de contratação de seguro, o custeio da defesa de dirigentes, ex-dirigentes, empregados e ex-empregados da EFPC, em processos administrativos e judiciais, decorrentes de ato regular de gestão.
- (B) É permitida a contratação de seguro para cobertura de responsabilidade civil de dirigentes, ex-dirigentes, empregados e ex-empregados da EFPC, desde que decorrentes de ato regular de gestão, cujo prêmio implique exclusivamente ônus financeiro direto para a entidade e não afete planos de benefícios por ela operados.
- (C) Poderá ser contratado seguro para cobertura de responsabilidade civil, penal ou administrativa de dirigentes, ex-dirigentes, empregados e ex-empregados da EFPC, desde que o prêmio implique apenas ônus financeiro direto para os planos de benefícios por ela operados.

(D) É permitida a contratação de seguro para cobertura de responsabilidade administrativa para ex-dirigentes e ex-empregados da EFPC, desde que decorrentes de ato regular de gestão.

(E) É proibida a contratação de seguro para cobertura de prejuízos e de gastos com a defesa, decorrentes de atos de gestão de dirigentes e ex-dirigentes da EFPC, originados de responsabilidade civil, penal ou administrativa.

QUESTÃO 44 _____

De acordo com a Resolução MPS/CGPC nº 8/2004, assinale a alternativa que constitui matéria a ser tratada no convênio de adesão.

- (A) Fontes de custeio dos benefícios e das despesas administrativas.
- (B) A indicação das pessoas físicas ou jurídicas que podem se vincular a plano de benefícios administrado pela entidade.
- (C) Condições de admissão e saída de participantes e assistidos do plano.
- (D) Direitos e obrigações do patrocinador ou instituidor e da entidade fechada de previdência complementar.
- (E) Data certa dos repasses das contribuições e cláusula penal na hipótese de atraso.

QUESTÃO 45 _____

Com relação à Resolução MPS/CGPC nº 13/2004, assinale a alternativa correta.

- (A) O desenvolvimento de uma cultura que enfatize e demonstre a importância dos controles internos é competência exclusiva da Diretoria-Executiva, cabendo ao Conselho Fiscal atuar apenas repressivamente, quando verificada a ocorrência de infração à legislação.
- (B) O papel dos membros do Conselho Fiscal deve voltar-se, primordialmente, à defesa dos interesses dos assistidos que os elegeram.
- (C) Mesmo sendo imprescindível a competência técnica e gerencial de conselheiros, diretores e empregados para o exercício das respectivas funções, o estatuto ou o regimento interno da entidade poderá prever que o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal contratem serviços de terceiros, em caráter eventual.
- (D) Não é competência do Conselho Fiscal analisar a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios à política de investimentos e a aderência das premissas e hipóteses atuariais utilizadas pela entidade.
- (E) As regras que disciplinem sobre as próprias reuniões ordinárias e extraordinárias, bem como acerca dos respectivos sistema de deliberação e modo de substituição temporária de seus membros, devem constar do estatuto da entidade fechada de previdência complementar.

QUESTÃO 46

A Resolução MPS/CGPC nº 8/2004 possui regras voltadas para os principais documentos que integram o contrato previdenciário, buscando assegurar a transparência e a segurança na formalização da relação jurídica previdenciária. Considerando essa informação, assinale a alternativa correta.

- (A) O convênio de adesão deve conter cláusula que indique o início da sua vigência.
- (B) Se a alteração do estatuto não implicar aumento de contribuições, pode-se dispensar a autorização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).
- (C) O regulamento do plano de benefícios pode dispor sobre empréstimos e financiamentos a participantes e assistidos de planos assistenciais à saúde, admitidos na forma do art. 76 da Lei Complementar nº 109/2001.
- (D) Não é necessário que o convênio de adesão indique o plano de benefícios específico a que se refere, considerando que o convênio é assinado pelo representante da entidade fechada de previdência complementar, que representa todos os planos.
- (E) Tanto o estatuto quanto o regulamento do plano devem ser obrigatoriamente acompanhados de glossário.

QUESTÃO 47

É correto afirmar que uma entidade fechada de previdência complementar não precisa de prévia e expressa autorização do órgão regulador e fiscalizador para a(s)

- (A) constituição e o funcionamento da entidade, bem como para a aplicação dos respectivos estatutos, dos regulamentos dos planos de benefícios e suas alterações.
- (B) operações de fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária.
- (C) terceirização da gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas e provisões mediante a contratação de instituição especializada autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou outro órgão competente.
- (D) retiradas de patrocinadores.
- (E) transferências de patrocínio, de grupo de participantes, de planos e de reservas entre entidades fechadas.

QUESTÃO 48

Em relação à Resolução MPS/CGPC nº 8/2004, é correto afirmar que

- (A) o estatuto não deve dispor sobre matéria específica do plano de benefícios.
- (B) essa resolução trata apenas da aprovação dos estatutos, regulamentos e convênios de adesão, não dispondo sobre a alteração desses documentos.
- (C) poderá constar do estatuto que a entidade fechada será constituída com prazo determinado, havendo justificativa razoável.
- (D) a definição da composição dos órgãos da entidade fechada de previdência complementar, a forma de acesso e a duração do mandato são matérias a serem tratadas no convênio de adesão.

- (E) o estatuto pode adotar terminologia distinta da Lei Complementar nº 109/2001, desde que venha acompanhado de glossário.

QUESTÃO 49

A respeito da formalização de pedidos de alteração de estatuto, regulamento ou convênio de adesão junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), assinale a alternativa correta.

- (A) Em se tratando de alteração de estatuto, é sempre necessária a concordância expressa dos patrocinadores públicos ou privados antes de submeter a proposta à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).
- (B) Na hipótese de alteração do regulamento do plano de benefícios patrocinado por ente público, deve ser exigida ata do órgão competente da entidade aprovando a alteração do regulamento, bem como a manifestação expressa de concordância do patrocinador.
- (C) Caso a entidade apresente o texto do estatuto consolidado, pode ser dispensada a apresentação de quadro comparativo com texto vigente e texto proposto.
- (D) A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) não pode exigir das entidades outros documentos além daqueles expressamente indicados na Resolução MPS/CGPC nº 8/2004.
- (E) As alterações do estatuto e do regulamento do plano de benefícios só devem ser comunicadas aos participantes e assistidos após a aprovação pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

QUESTÃO 50

O estatuto da entidade fechada de previdência complementar, o convênio de adesão e o regulamento do plano de benefícios são documentos relevantes para a legislação de previdência complementar fechada, cada um com própria finalidade e submetidos a formalidades específicas. Considerando essa informação e à luz da Resolução MPS/CGPC nº 8/2004, assinale alternativa correta.

- (A) A previsão de solidariedade entre patrocinadores deve constar do regulamento do plano de benefícios.
- (B) Em se tratando de autorização para funcionamento da entidade, o convênio de adesão deve ser formalizado antes de sua constituição jurídica.
- (C) Os institutos do benefício proporcional diferido, da portabilidade, do resgate e do autopatrocínio devem constar do estatuto da entidade fechada de previdência complementar.
- (D) O convênio de adesão não deverá conter condição de retirada do patrocinador ou instituidor, visto que se refere à matéria específica tratada pelo órgão regulador.
- (E) A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) poderá fixar e adotar critérios de certificação prévia de estatutos, regulamentos e convênios de adesão, desde que suas cláusulas sejam, na forma e no conteúdo, previamente examinadas e aprovadas pelo referido órgão.

PROVA DISCURSIVA

Orientações para a elaboração do texto da prova discursiva.

- A prova discursiva consiste na elaboração de um texto dissertativo.
- A prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada de material transparente.
- A **folha de texto definitivo** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada e não deverá conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva.
- A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará anulação da prova do candidato.
- A **folha de texto definitivo** é o único documento válido para a avaliação da prova discursiva.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de provas, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da prova discursiva.
- O texto deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 40 (quarenta) linhas, com base no tema apresentado.

Leia, com atenção, o texto a seguir.

Avaliação de desempenho

Governança corporativa é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre os proprietários, o conselho de administração, a diretoria e os órgãos de controle.

As boas práticas de governança corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando o próprio acesso ao capital e contribuindo para a respectiva longevidade.

Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: 07/12/2013, com adaptações.

Considerando que o texto apresentado tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo referente à aplicabilidade do conceito de governança corporativa em uma fundação de previdência complementar. O texto deverá abordar, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) dois princípios importantes na governança corporativa;
- b) as regras e as práticas de excelência na governança corporativa;
- c) sua importância para a qualidade e a produtividade organizacional.

Área livre – Rascunho na página seguinte

Rascunho

| | |
|----|--|
| 1 | |
| | |
| | |
| | |
| 5 | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| 10 | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| 15 | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| 20 | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| 25 | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| 30 | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| 35 | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| 40 | |